



AS (IM)POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: ABORDAGEM HISTÓRICO-CRÍTICA

Mayranda Carvalho Miranda¹

Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira²

INTRODUÇÃO

A teoria pedagógica que fundamenta as reflexões presentes neste texto é a Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2011), segundo a qual o currículo é o conjunto das atividades essenciais que se desenvolvem no tempo/espço escolar. Sob tal perspectiva, os conteúdos essenciais são denominados clássicos, elementos culturais que extrapolam o tempo/espço onde se originaram.

Assim, o primeiro conteúdo fundamental a ser apropriado pelo estudante é o aprendizado da língua materna escrita, sem o qual se compromete toda a sequência vindoura de estudos. Por isso, segundo Dangió e Martins (2018. p. 61), “o fim primeiro da educação escolar é a alfabetização de todos e o fim último é a transmissão-assimilação do saber sistematizado”. Tal processo tem um período específico, consolidando-se nos anos subsequentes. O reconhecimento da escrita e a capacidade de elaboração de textos são fundamentais para a vida social, para a realização de tarefas cotidianas. E quanto maior a apropriação deste conhecimento, maiores as possibilidades de intervenção e organização social consciente.

A alfabetização deve atingir o nível da irreversibilidade ou de “segunda natureza”, com o qual é possível a leitura consciente e qualitativa, de modo a tornar o indivíduo capaz de interpretar textos complexos e expressar-se por suas próprias elaborações, fazendo uso do sistema de escrita.

¹ Doutoranda do PPGED/UFPA. Professora efetiva da Rede municipal de educação do Município de Ananindeua. E-mail: mayrandamiranda@hotmail.com.

² Professor Titular da Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de Computação e no Programa de Pós-graduação em Educação. E-mail: ferreira@ufpa.br.



Diante do exposto, o objetivo deste estudo é refletir acerca dos desafios enfrentados por professores(as) alfabetizadores(as), estudantes dessa etapa de escolarização, pais e/ou responsáveis e comunidade escolar, em tempos da Pandemia do COVID-19.

Pretende-se responder a questão: quais os pressupostos teórico-metodológicos para o ensino da alfabetização e as (im)possibilidades de desenvolvimento desta tarefa em tempos de pandemia?

DISCUSSÕES

Saviani (2011) aponta como papel da escola, a socialização do saber sistematizado, científico, que não visa anular, mas se distingue do conhecimento espontâneo, fragmentado e próprio da vida cotidiana. Contudo, nas palavras de Saviani (2011, p. 09), deve-se operar a “conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares”. É necessário considerar a especificidade do aluno, faixa etária, processo de desenvolvimento e a partir das condições objetivas elaborar a ação pedagógica.

Assim ressalta-se a importância do método. Para a consolidação da aprendizagem no ensino sistemático, o ‘como se ensina’ é fundamental, o que se fortalece no caso da alfabetização, pois, dada a organização estrutural da língua escrita, seu aprendizado pressupõe intencionalidade, organização e planejamento. A primeira atitude do professor alfabetizador consiste na escolha e seleção dos conteúdos. Para a pedagogia histórico-crítica, essa seleção deve considerar o ponto de vista da classe trabalhadora; não somente conteúdos que possuam sentido ou utilidade imediata são importantes, mas deve-se avaliar a relevância social dos conteúdos, atentando-se aos seus diferentes graus de complexidade.

Torna-se improdutiva, no contato inicial com a leitura/escrita, a ênfase excessiva em questões linguísticas complexas, o que pode gerar confusão no aprendiz, desviar seu foco do conteúdo mais importante nesse momento.



Gramsci (1982) usa a expressão campo da instrução. Por mais que a orientação escolanovista, ainda muito presente, se oponha frontalmente a termos como instrução, desenvolvimento de mecanismos e, similares, o autor oferece elementos teóricos para caracterizar a escola como um espaço em que, em função dos fins a atingir, pode-se (e deve-se) desenvolver esses mecanismos, dimensão que tem importância especial na concepção e na prática da alfabetização. Não um ensino arbitrário e linear, mas um processo de fornecimento das ferramentas que auxiliam no desenvolvimento do intelecto, isto é, processo de instrumentalização que, de modo algum, se limita a (mas inclui) elementos mecânicos. Segundo Saviani (2011) o aprendizado não se efetiva de forma natural; para que o conhecimento seja, de fato, incorporado à subjetividade do indivíduo, este precisa chegar ao grau de segunda natureza. Sobre a alfabetização afirma o autor:

Também aqui é preciso fixar certos automatismos, incorporá-los, isto é, torná-los parte de nosso corpo, de nosso organismo, integrá-los em nosso próprio ser. Dominadas as formas básicas, a leitura e a escrita podem fluir com segurança e desenvoltura. À medida que se vai libertando dos aspectos mecânicos, o alfabetizando pode, progressivamente, ir concentrando cada vez mais sua atenção no conteúdo (...). Note-se que se libertar, aqui, não tem o sentido de se livrar, quer dizer, abandonar, deixar de lado os ditos aspectos mecânicos. A libertação só se dá porque tais aspectos foram apropriados, dominados e internalizados, passando, em consequência, a operar no interior de nossa própria estrutura orgânica. Poder-se-ia dizer que o que ocorre, nesse caso, é uma superação no sentido dialético da palavra. Os aspectos mecânicos foram negados por incorporação e não por exclusão. Foram superados porque negados enquanto elementos externos e afirmados como elementos internos (SAVIANI, 2011, p. 18).

Não importa, certamente, o elemento mecânico por si, mas este vincula-se profundamente à aprendizagem, na apropriação das relações grafemas/fonemas. A estrutura da língua carrega singularidades, e os vocábulos são sempre regidos por fatores ortográficos e etimológicos, nem sempre passíveis de serem introduzidos em sua plenitude de imediato. O professor, ao inserir, durante as aulas, a criança ao meio letrado, deve sistematicamente, criar estímulos, fornecer materiais visualmente favoráveis



ao aprendizado, apresentar diversos contextos de possibilidades de leitura e aproximar o aluno das correlações entre os grafemas e seus sons correspondentes.

Diante disso, pode-se concluir que a leitura e escrita, de maneira contextualizada e articulada com os sentidos sociais devem ser concebidas como um processo contínuo, mas com uma etapa inicial determinante, contextualizada fortemente nas práticas sociais de leitura e escrita a serem vivenciadas.

Expostos os pressupostos teóricos, passa-se à análise dos desafios e possibilidades de efetivação da tarefa da escola e dos(as) alfabetizadores(as) diante do contexto da pandemia do covid-19.

O primeiro obstáculo é a natureza da ação primária para o combate da proliferação do vírus: o isolamento. Assim, para dar continuidade a tarefa da educação, professores(as) e estudantes encaram a questão do ensino remoto, que por si só acarreta uma série de prejuízos para todas as etapas do ensino. Um aspecto que têm sido enfatizado pelos(as) professores(as), em especial na esfera pública, diz respeito a condições financeiras, já que se exige, minimamente, a aquisição de ferramentas tecnológicas: celular, *tablet*, computador, bem como acesso à Internet de qualidade e formação para o uso das tecnologias, demandando-se tempo hábil para o preparo adequado dessa modalidade de ensino.

Problemas específicos são relatados por familiares dos estudantes. Muitas famílias, com três ou mais crianças, passam por dificuldades por terem apenas um aparelho celular que deve ser revezado para cumprimento das tarefas escolares. Aparelhos com memória insuficiente, e internet de baixa velocidade dificultam a inclusão de muitos. Outro desafio diz respeito à faixa etária: são estudantes com pequena autonomia, o que exige participação dos responsáveis, que nem sempre possuem disponibilidade para tal ou, às vezes, sequer sabem ler e escrever bem.

Mesmo na hipótese de haver todas as condições objetivas, em que grau é viável alfabetizar a distância? Presencialmente, esse processo já encontra



obstáculos na quantidade de alunos por turma, nos limites metodológicos reflexos da precária formação, nas precárias condições das escolas e recursos materiais.

CONSIDERAÇÕES

O papel das políticas públicas é determinante para a função da escola em tempos de Pandemia. Estratégias para a inclusão digital de trabalhadores e estudantes são primordiais para o “encurtamento” das distâncias. Vale ressaltar que tanto no ensino presencial quanto no remoto o professor é parte de um processo amplo; seu esforço, por maior que seja não basta para resolver todos os problemas. Crer nisso seria promover a responsabilização de professores(as).

Passados mais de um ano da Pandemia e paralisação das escolas públicas do Brasil, o que se identifica é uma sucessão de tentativas (em geral ineficazes) de materializar o ensino remoto na educação básica, sem as devidas condições.

Alguns municípios, reconhecendo esses limites, optam pelo modelo de *continuum* curricular no ano de 2021, onde o primeiro semestre deve contemplar os conteúdos do ano/série anterior e o segundo semestre contemplar os conteúdos da série vigente.

O problema deste formato é que haverá acúmulo de conteúdos que, certamente, trará prejuízos a todos os estudantes. E esse constante ‘esforço’ em aparar as arestas deixadas pelas mazelas do ensino remoto apenas reforça o quão fundamental é o papel dos professores(as), sendo quase uma unanimidade na mentalidade da população brasileira (durante a pandemia) a importância da escola física e da interação presencial entre os sujeitos, visando à concretização dos processos educacionais. Destaca-se que essa reflexão é imprescindível não apenas para o processo de alfabetização, mas para a educação sistematizada de modo geral.



REFERÊNCIAS

DANGIÓ, M. C. S.; MARTINS, L. M. **A alfabetização sob o enfoque histórico-crítico**: contribuições didáticas. Campinas: Autores Associados, 2018. (Coleção educação contemporânea).

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11.ed.rev. Campinas:Autores Associados, 2011.